

Passagem de Camdessus no País ainda está sem confirmação

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, partirá de Washington, no próximo domingo, em viagem oficial ao Chile, à Argentina e ao Uruguai. Ele viajará a convite dos governos daqueles países e deve passar uma semana fora da sede do FMI, mas até a noite, conforme este jornal apurou, o Brasil não fazia parte do roteiro de Camdessus.

Não é a primeira vez que Camdessus visitará a Argentina em viagem oficial (ele estará pela primeira vez no Chile e no Uruguai) mas sem dúvida a visita ao governo do presidente Carlos Menem terá um efeito político importante justamente no momento em que o próprio FMI concordou em conceder um acordo do tipo "extended fund facility" (EFF) aquele país. Com o EFF, a Argentina pretende abrir as negociações da dívida com os bancos credores privados e candidatar-se a um acordo nos moldes do Plano Brady.

O Brasil, por sua vez, prepara-se para mandar ao FMI a carta de intenções que vai pedir a concessão de empréstimos dentro de um acordo do tipo "stand-by", com duração de 20 meses, envolvendo cerca de US\$ 2 bilhões. Ontem, o secretário especial para assuntos econômicos do Ministério da Economia, Roberto Macedo, informou a este jornal que a carta e o memorando técnico estavam praticamente prontos para ser enviados a Camdessus (ver quadro).

"O presidente da República já autorizou o envio da carta ao FMI e a demora deve-se apenas à necessidade de uma revisão final no texto tanto da carta como do memorando técnico por parte dos secretários de ministério", disse Macedo a este jornal, adiantando que de sua parte o trabalho de revisão da redação dos documentos já estava concluído.

Na carta, o Brasil vai prometer ao FMI chegar ao final do ano que vem com um superávit primário de 3% do PIB (supondo que as medidas tributárias apresentem sobre os estados e municípios um efeito equivalente a 0,7% do PIB) e um déficit operacional que acabou sendo fixado muito próximo de 3% do

PIB em 1992 em função da trajetória traçada para os juros da dívida pública.

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, deve fazer um anúncio formal do envio da carta de intenções e torná-la pública assim que Camdessus receber oficialmente o documento mas o envio do texto ao FMI pode ser feito simplesmente através de fax, sem que haja necessidade portanto de ser levada por um mensageiro especial. A expectativa é de que a Carta seja mandada ainda esta semana.

Ontem, em Brasília, a missão econômica de avaliação do Banco Mundial deu início aos trabalhos de consultas e de discussões com o governo que vão servir de base para a elaboração de um relatório sobre o Brasil. O diretor do departamento de assuntos internacionais do Ministério da Economia, embaixador Denot Medeiros, disse a este jornal que a missão deve ficar no País até a semana que vem e que a preparação do relatório é uma das condições necessárias — é indispensável, de todo modo, ter um acordo com o FMI — para a concessão por parte daquele organismo de empréstimos setoriais de rápido desembolso.